

BRENDA MELO BERNARDES

Impactos sobre o patrimônio cultural do bairro Lagoinha/Belo Horizonte – MG:
as ações de proteção e a proposta de Operação Urbana Consorciada.

*Impacts on the cultural patrimony of Lagoinha district in city of Belo Horizonte – MG:
protection actions and the proposal of a conjoint Urban Operation.*

Impactos sobre o patrimônio cultural do bairro Lagoinha/Belo Horizonte - MG:
as ações de proteção e a proposta de Operação Urbana Consorciada

*Impacts on the cultural patrimony of Lagoinha district in city of Belo Horizonte – MG:
protection actions and the proposal of a conjoint Urban Operation.*

The

Brenda Melo Bernardes

Arquiteta e Urbanista pelo Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix (2011). Especialista em Sistemas Tecnológicos e Sustentabilidade Aplicados ao Ambiente Construído (2013). Mestre em Arquitetura e Urbanismo - EA UFMG (2016).

Architect and Urban Planner by Methodist University Center Izabela Hendrix (2011). Specialist in Technological Systems and Sustainability Applied to the Built Environment (2013). Master's degree in Architecture and Urban Planning - EA UFMG (2016).

brenda.mbernardes@gmail.com

Resumo

Situado na região noroeste, o bairro Lagoinha constitui um dos mais antigos de Belo Horizonte e concentra relevante patrimônio histórico-cultural para a capital, devido à presença de edificações históricas, construídas em sua maioria por imigrantes que se estabeleceram na região, e do rico patrimônio imaterial que caracteriza saberes e tradições que são singulares ao bairro. Em função da sua localização estratégica adjacente ao Centro de Belo Horizonte, o bairro Lagoinha tem passado por diversas intervenções públicas voltadas para a melhoria da sua capacidade viária, em detrimento aos investimentos direcionados para vitalidade de seu espaço urbano. Essas mutilações urbanas, que têm sido frequentes na região, têm provocado não só fragmentações do tecido urbano do bairro, mas também a perda da referência cultural que ele representava para Belo Horizonte com o decréscimo populacional, enfraquecimento de suas tradições e celebrações culturais e degradação das edificações históricas relevantes. Recentemente, o bairro Lagoinha tem sido foco de pesquisas conduzidas pelo corpo técnico da prefeitura de Belo Horizonte e pela Secretaria Municipal de Cultura culminando na divergência de interesses de renovação e recuperação urbana do bairro: de um lado representado pela proposta da Operação Urbana Consorciada Antônio Carlos Pedro I Leste Oeste (OUC ACLO) e, do outro, pela instituição do tombamento da região. Dessa forma, o objetivo desse artigo é de analisar as propostas institucionalizadas que têm sido direcionadas para a região e suas possíveis consequências futuras.

Palavras-chave: Patrimônio cultural. Tombamento patrimonial. Operação Urbana. Renovação urbana. Bairro Lagoinha.

Abstract

Located in the northwest region, the Lagoinha neighborhood is one of the oldest in Belo Horizonte and has a significant historical and cultural patrimony in the capital, due to the presence of historical buildings, mostly built by immigrants who settled in the region, and the rich patrimony immaterial that characterizes knowledge and traditions that are unique to the neighborhood. Due to its strategic location adjacent to the Belo Horizonte Center, the Lagoinha neighborhood has undergone several public interventions aimed at improving its road capacity, in detriment to investments directed to the vitality of its urban space. These urban mutilations, which have been frequent in the region, have caused not only fragmentation of the urban space of the neighborhood, but also the loss of the cultural reference that Lagoinha represented for Belo Horizonte with the population decrease, fading of its traditions and cultural celebrations and degradation of buildings. Recently the Lagoinha neighborhood has been the focus of research conducted by the technical staff of the City Hall of Belo Horizonte and the Municipal Department of Culture, culminating in the divergence of interests of urban renewal and rehabilitation of the neighborhood: on the one hand represented by the proposal of the Urban Consortium Operation Antônio Carlos Pedro I Leste Oeste (OUC ACLO) and, on the other, by the institution of historical and cultural goods protection of the region. Therefore, the aim of this article is to analyze the institutionalized proposals that have been directed to the region and its possible future consequences.

Keywords: Cultural Patrimony. Historical and Cultural goods protection. Urban Operation. Lagoinha Neighborhood. Urban Renewal.

Introdução

Situado na região Pericentral de Belo Horizonte, antiga zona suburbana, o bairro Lagoinha desempenha o importante papel de conexão com a área central da cidade e está compreendido entre os bairros Centro, Bonfim, Colégio Batista, Carlos Prates, Santo André, São Cristóvão e Concórdia. Apesar de ocupar posição estratégica, desde o início do processo de ocupação do bairro verifica-se que a existência da favela Pedreira Prado Lopes, da Vila Senhor dos Passos (antigo Buraco Quente) e a proximidade ao Cemitério do Bonfim foram responsáveis pela criação de uma posição de isolamento em relação às intervenções públicas quando comparado ao Centro (Figura 1).

FIGURA 1 - Limites Oficiais do Bairro Lagoinha e bairros vizinhos.

Fonte: Acervo pessoal Brenda Melo Bernardes- base Google Earth/Maplink, 2011.



Limite oficial do Bairro Lagoinha

Não obstante, mesmo com a demarcação político-administrativa do bairro, a região caracteriza-se por limites difusos, em função do seu processo de ocupação e da segregação do bairro sob os aspectos físicos e de prioridades de investimentos públicos. Dessa forma, analisando a inserção do bairro Lagoinha no contexto metropolitano de Belo Horizonte, conclui-se que a divisão do município pela estrada de ferro, pelo Rio Arrudas e pela Avenida do Contorno, segregou o espaço não só fisicamente, mas também definiu duas paisagens isoladas em termos de investimentos por parte do poder público. Nesse sentido, essas barreiras resultaram na segregação da cidade na porção Norte de Belo Horizonte, onde se situa a Lagoinha, e na porção Sul, que abriga o Centro, com características sociais, culturais e econômicas divergentes entre si (Figura 2).

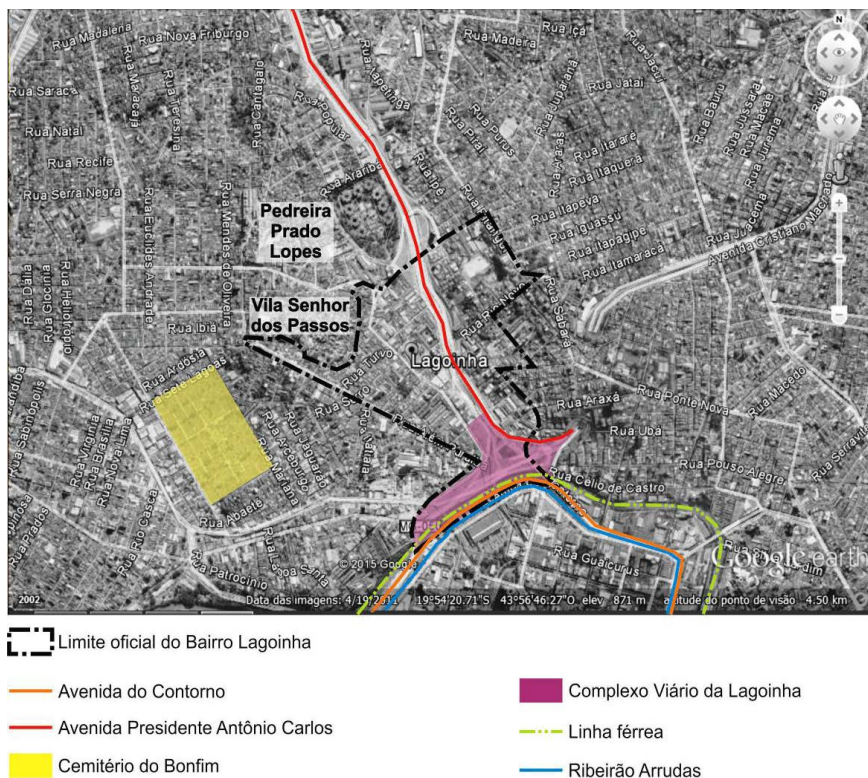
Impactos sobre o patrimônio cultural do bairro Lagoinha/Belo Horizonte - MG: as ações de proteção e a proposta de Operação Urbana Consorciada

Impacts on the cultural patrimony of Lagoinha district in city of Belo Horizonte - MG: protection actions and the proposal of a conjoint Urban Operation.

The

FIGURA 2 - Barreiras físicas no Bairro Lagoinha.

Fonte: Acervo pessoal Brenda Melo Bernardes - base Google Earth/Maplink, 2011.



Essa importância assumida pelo bairro de conectividade viária no contexto metropolitano de Belo Horizonte tem influenciado nas obras públicas que têm sido conduzidas na Lagoinha voltadas, prioritariamente, à ampliação da sua capacidade viária. Tais obras têm resultado em profundas desarticulações urbanas e na insatisfação por parte da população residente e de outros segmentos da sociedade, diante da perda progressiva da qualidade urbana de seus espaços públicos e do processo de desvalorização imobiliária da região.

A partir do ano de 2014 verifica-se o direcionamento de propostas para a Lagoinha por parte do poder público e da Secretaria Municipal de Cultura diante da possibilidade de consolidação de um corredor cultural na região pela relevância de seu patrimônio histórico-cultural e da necessidade de recuperação de seu espaço urbano. Nesse contexto, surge a proposta de renovação urbana do bairro por meio da Operação Urbana Consorciada Antônio Carlos Pedro I Leste Oeste e de tombamento da Lagoinha pela Secretaria Municipal de Cultura. Assim, o presente trabalho busca analisar as propostas preconizadas para a Lagoinha e suas possíveis consequências futuras.

O recorte temporal da pesquisa terá como início a década de 1980, devido ao período ter sido marcado pela demolição da Praça Vaz de Melo, marco simbólico no bairro, para consolidação do Complexo Viário da Lagoinha. A partir dessa época, a região tem passado por inúmeras intervenções que objetivam a melhoria da sua capacidade viária e que tem ocasionado fragmentações e consequências negativas para o bairro. A análise do bairro Lagoinha que será apresentada nesse artigo irá abranger também a proposta da Operação Urbana Consorciada Antônio Carlos Pedro I Leste Oeste, que inicialmente foi divulgada poder público em 2013 e, posteriormente, foi submetida à revisão e discussões públicas entre os anos de 2014 e 2015 e pela proposta de tombamento do bairro Lagoinha ocorrida no ano de 2016.

Impactos sobre o patrimônio cultural do bairro Lagoinha/Belo Horizonte - MG: as ações de proteção e a proposta de Operação Urbana Consorciada

Impacts on the cultural patrimony of Lagoinha district in city of Belo Horizonte – MG: protection actions and the proposal of a conjoint Urban Operation.

The

Por meio desse recorte temporal e dos objetivos de investigação do bairro Lagoinha, o artigo será estruturado em cinco etapas. A primeira etapa corresponde à análise da importância do bairro Lagoinha para o patrimônio cultural de Belo Horizonte, sendo fundamentada a partir da pesquisa sobre o histórico de formação da região e do seu patrimônio material e imaterial. Em sequência, será apresentada uma análise sobre a instituição da Área de Diretrizes Especiais da Região da Lagoinha (ADE da Região da Lagoinha), com enfoque sobre os principais parâmetros urbanísticos que limitam e norteiam o desenvolvimento do bairro.

Contraopondo as ações de proteção do bairro Lagoinha, serão mencionadas as diretrizes da Operação Urbana Antônio Carlos Pedro I Leste-Oeste (2014) para a Lagoinha e os possíveis conflitos dos parâmetros de renovação urbana da área com as políticas de preservação. Por fim, a última etapa corresponde à análise da aprovação da proposta de tombamento dos bairros Lagoinha, Bonfim e Carlos Prates pelo Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Belo Horizonte.

Ademais, nas considerações finais serão expostas reflexões sobre como as práticas cotidianas podem contribuir para o fortalecimento da memória e identidade do bairro, como subsídio para políticas públicas mais coerentes com a realidade social e como táticas de resistência as constantes mutilações presenciadas no espaço urbano para atendimento às demandas no âmbito metropolitano.

Sobre os métodos de procedimento, a investigação foi desenvolvida a partir de uma pesquisa qualitativa por se tratar da análise de um fenômeno social e pela necessidade de interpretação dos acontecimentos que ocorreram no bairro Lagoinha sob a perspectiva de seus agentes. Nesse caso, o registro de depoimentos de moradores antigos e lideranças na região por meio da história oral tiveram papel fundamental para elucidação de particularidades do bairro Lagoinha, que não poderiam ser reveladas apenas pela leitura de publicações ou da definição de técnicas de amostragem, devido à necessidade de seleção dos indivíduos a serem entrevistados conforme sua experiência pessoal e capacidade de reter lembranças (ALBERTI, 2005). Assim, a investigação por meio de entrevistas semiestruturadas foi conduzida a partir de um roteiro prévio de perguntas, mas com a possibilidade de outros desdobramentos, o que contribuiu para a identificação de momentos significativos da história e do cotidiano da região.

Sobre a escolha dos entrevistados, foram estabelecidos como critérios de seleção os indivíduos que ocupam uma posição relevante em grupos sociais na Lagoinha e que tiveram conhecimento, presenciaram ou vivenciaram aspectos importantes ligados à história e ao cotidiano do bairro. Nesse sentido, a seleção dos entrevistados perpassou por famílias tradicionais do bairro, personalidades que contribuíam para disseminar a musicalidade do bairro e lideranças que lutam por causas vinculadas à região como representantes de associações de bairro e de instituições religiosas. Os depoimentos, que configuram fontes primárias de pesquisa, foram contrapostos com fontes secundárias publicadas a partir de artigos de jornais e revistas, livros, monografias e dissertações sobre o bairro. O interesse quanto à diversificação dos entrevistados está vinculado à possibilidade de se extrair visões heterogêneas, e por vezes contraditórias, que se têm sobre o bairro e suas perspectivas futuras.

Para o desenvolvimento da dissertação foram realizadas 22 entrevistas semiestruturadas entre os meses de setembro e novembro de 2015 com moradores e frequentadores da Lagoinha. As entrevistas foram gravadas a partir da prévia autorização dos entrevistados por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para, posteriormente, serem transcritos trechos significativos para o desenvolvimento da dissertação.

O Bairro Lagoinha como lugar de memória e sua importância para o patrimônio cultural de Belo Horizonte

De acordo com o Art. 216 da Constituição da República Federativa do Brasil: “Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira [...]” (BRASIL, Constituição Federal, 1988, art. 216).

Nesse sentido, é importante enfatizar que constituem patrimônio cultural não somente bens excepcionais ou monumentais da história e da arte, mas também lugares e edificações que carregam significados e valores culturais importantes para a preservação da memória coletiva de uma comunidade. Assim, o conceito de patrimônio cultural estabelece ligação com a vivência cotidiana e com a memória afetiva que permanecem no imaginário coletivo construído sobre um lugar.

Sobre a construção da memória, Pelegrini (2006, p.116) coloca que “Nos recônditos da memória residem aspectos que a população de uma dada localidade reconhece como elementos próprios da sua história, da tipologia do espaço onde vive, das paisagens naturais ou construídas”. De tal modo, as lembranças de um lugar permanecem vivas em edificações e espaços que carregam simbolismos e que evocam acontecimentos marcantes para uma comunidade, vivenciados na trajetória de vida.

Para Halbwachs (1990), a memória individual resulta de percepções constituídas pela memória coletiva, a partir de laços que criamos com grupos sociais. Assim, a internalização de acontecimentos vivenciados ou de eventos relatados permite a reconstrução dessas lembranças. Dificilmente uma lembrança coletiva deixa de existir completamente já que ela pode ser constantemente reconstruída por grupos sociais que vivenciaram o acontecimento ou que ouviram relatos de indivíduos que contribuíram para a construção dessas lembranças (HALBWACHS, 1990).

Bosi (1983) coloca que a memória construída em grupo pode, inclusive, exercer influência sobre a história do lugar, enfatizando os acontecimentos que foram mais significativos para a vivência dos grupos sociais:

Um dos aspectos mais instigantes do tema é o da construção social da memória. Quando um grupo trabalha intensamente em conjunto, há uma tendência de criar esquemas coerentes de narração e de interpretação dos fatos, verdadeiros “universos de discurso”, “universos de significado”, que dão ao material de base uma forma histórica própria, uma versão consagrada dos acontecimentos. O ponto de vista do grupo constrói e procura fixar a sua imagem para a História. Este é, como se pode supor, o momento áureo da ideologia com todos os seus estereótipos e mitos (BOSI, 1983, p. 27).

No bairro Lagoinha¹, as lembranças de lugares simbólicos e de práticas socioculturais que eram inerentes à região se mesclam com a vivência cotidiana de seus moradores: está enraizada na história da Lagoinha cantada por meio da seresta e do samba e em edificações históricas e espaços públicos que evocam lembranças dos tempos de boemia. Destacam-se, nesse contexto, depoimentos de moradores carregados de emoção, que revelam que a Lagoinha de antigamente ainda permanece forte no imaginário coletivo construído sobre o lugar.

Sempre muito envolvida com a música, D. Juraci Ferrari² (2015. Informação verbal) se recorda dos bares com suas vitrolas que tocavam canções da época, de sair para dançar e cantar nas suas 'andanças' noite e madrugada afora pela Lagoinha. Ainda sobre a memória da Lagoinha, Ferrari (2015. Informação verbal) tem recordações das festas de carnaval e dançantes no Clube Fluminense.

Com emoção, D. Juraci se recorda da canção Samba da Praça Vaz de Melo, de autoria de Celso Garcia e Jair Silva:

Não há entre nós um paralelo, eu na Praça Vaz de Melo e ela tão longe de mim. E assim, de cachaça em cachaça, vou vivendo ali na praça, botequim em botequim. Sou todo da Lagoinha, assim como tu és só minha e eu sou seu bem querer. Sair dali eu não posso, este é o problema nosso. É, eu prefiro te esquecer (FERRARI, 2015. Informação verbal).

Reconhecido pela boemia, pelos seus lendários personagens³, pela musicalidade⁴ e pela diversidade social⁵, o bairro Lagoinha é envolto pela nostalgia e, em muitos casos, por sentimentos angustiantes sobre lugares ou indivíduos que não existem mais, mas que ficaram retidos nas lembranças daqueles que fazem parte desse bairro. Assim, percebemos no bairro Lagoinha que muitas das lembranças que permanecem na memória de moradores antigos têm sido compartilhadas entre gerações futuras. Mesmo os indivíduos que não vivenciaram momentos marcantes na história do bairro carregam no seu imaginário a memória do lugar a partir da vivência e do relato de familiares.

1 O artigo é decorrente da dissertação: BERNARDES, Brenda Melo. Memória, cotidiano e as propostas institucionalizadas direcionadas ao Bairro Lagoinha em Belo Horizonte - MG: múltiplas visões de um mesmo lugar. 2016. 165f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

2 Sempre muito atuante em atividades culturais e vinculadas a música D. Juraci participou de grupo de teatro, fundou o Movimento das Donas de Casa para reivindicar os direitos e a participação política das mulheres, participou também como locutora de Rádio nos programas Fala Comunidade e Sempre Viva. Com 87 anos, reside na região há mais de 40 anos e tem boas recordações do Bairro Lagoinha.

3 Sobre os lendários personagens da Lagoinha e adjacências podemos citar entre outros a Loira do Bonfim, criada para assustar aqueles que passavam pelo cemitério, a Maria Tomba Homem, prostituta que amedrontava os homens e desafiava policiais e o Cintura Fina, travesti que circulava pela Lagoinha carregando uma navalha (SILVEIRA, 2005).

4 A musicalidade imprimia singularidade à Lagoinha por meio de compositores como Gervásio Horta, que retratou em seu samba as transformações urbanas da Lagoinha; pelo ofício de produção e conserto de instrumentos como os acordeões que eram produzidos pela família Scarpelli, lembrada pelos moradores; pelos sambistas; pelas serestas e pelas festividades tradicionais no Santuário Nossa Senhora da Conceição.

5 Historicamente o Bairro Lagoinha era reconhecido como reduto de imigrantes onde se destacavam as famílias tradicionais e pela prostituição que abrangia as Ruas Paquequer, Bonfim, Mauá (atual Avenida Nossa Senhora de Fátima) e Marzagão. Hoje no bairro verifica-se além das famílias tradicionais uma forte presença de população flutuante (moradores de rua, dependentes químicos, moradores de aluguel e trabalhadores da região) pela sua localização próxima a área central.

Histórico sobre o bairro e o patrimônio material e imaterial da Lagoinha

Estabelecido na região noroeste de Belo Horizonte, o bairro Lagoinha ocupa uma posição estratégica de conexão entre o centro da capital mineira e municípios situados no Vetor Norte da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH). Tal importância assumida pelo bairro tem influenciado na condução de obras públicas ao longo de décadas voltadas, prioritariamente, para a constante necessidade de ampliação da sua capacidade viária.

Essas obras viárias influenciaram negativamente na conformação de áreas residuais no bairro pela implantação de viadutos e contribuíram para a extinção de práticas culturais e de espaços que eram carregados de simbolismos e de memória na região. Como exemplo marcante, a demolição na década de 1980 da Praça Vaz de Melo (Figura 3) para implantação do Complexo Viário da Lagoinha.

FIGURA 3- Praça Vaz de Melo em 1930, demolida para dar lugar ao complexo viário.

Fonte: Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, 1928.



Sobre o processo de formação da Lagoinha, o bairro originou-se a partir da incorporação das colônias agrícolas Carlos Prates e Américo Verneck, entre as décadas de 1910 e 1920 (AGUIAR, 2006). O fato de o bairro situar-se na área Pericentral de Belo Horizonte (antiga zona suburbana) o tornou atrativo para ocupação por imigrantes e operários em função do baixo custo dos lotes e legislação mais branda, quando comparado aos bairros situados dentro do limite da Avenida do Contorno (antiga zona urbana).

Destaca-se, nesse contexto histórico do bairro, a sua ocupação por imigrantes árabes, sírios, libaneses, italianos, judeus e portugueses que contribuíram não só para a diversidade social e comercial da região (SILVEIRA, 2005), mas também para a riqueza do patrimônio material e imaterial da Lagoinha.

Impactos sobre o patrimônio cultural do bairro Lagoinha/Belo Horizonte - MG: as ações de proteção e a proposta de Operação Urbana Consorciada

Impacts on the cultural patrimony of Lagoinha district in city of Belo Horizonte – MG: protection actions and the proposal of a conjoint Urban Operation.

The

Desse modo, os imigrantes deixaram como legado para o bairro edificações que definem singularidades da provinciana Lagoinha, pela riqueza de estilos arquitetônicos e pela forte presença de quintais, muitas vezes compartilhados entre famílias e interligados pelas construções históricas. Ainda, pelo fato do bairro constituir um dos mais antigos de Belo Horizonte, são frequentes problemas fundiários na região que influenciam no modo compartilhado de morar. Predominam lotes de grandes dimensões, muitos deles compartilhados por familiares, que são ocupados por residências antigas construídas por imigrantes.

Dentre as edificações que fazem parte do patrimônio cultural do bairro Lagoinha e que foram construídas por imigrantes podemos destacar a Casa da Loba (Figura 4), edificação situada na Rua Itapecerica. De estilo eclético, a edificação apresenta elementos de influência gótica, clássica e art nouveau. Com a proposta da operação urbana consorciada e as discussões públicas do plano urbanístico realizadas em 2015, verifica-se o interesse por parte dos moradores e do poder público em recuperar o casarão que se encontra descaracterizado e de torná-lo um centro cultural, tendo em vista sua importância como marco simbólico no bairro.

FIGURA 4- Edificações históricas na rua Itapecerica, no bairro Lagoinha. Com destaque para a Casa da Loba (à esquerda)

Fonte: Alessandro Borsagli (foto cedida para a autora), 2013.



Outras edificações representativas do patrimônio no bairro estão situadas na Rua Itapecerica e Além Paraíba e, apesar do interesse de conservação de parte delas com o tombamento de fachada e volume das edificações pela Secretaria Municipal de Cultura, grande parte das edificações estão desocupadas e degradadas.

Ainda em relação ao legado dos imigrantes e operários para o patrimônio da região da Lagoinha, no histórico de construção de Belo Horizonte foram utilizados materiais provenientes da Pedreira Prado Lopes, favela adjacente ao Bairro Lagoinha, que também possui grande importância no processo de formação e ocupação da região e na riqueza de suas práticas culturais. Destaca-se, nesse cenário, a influência do samba na musicalidade da Lagoinha e adjacências. Como práticas que ainda resistem na região

que era marcada, sobretudo, pelas serestas e pelo samba, apesar do enfraquecimento da musicalidade no bairro, verifica-se ainda o envolvimento da comunidade nas atividades musicais do Centro Cultural ofertado pela Fundação Municipal de Cultura, que se situa no antigo Mercado Popular da Lagoinha.

Desse modo, constituem patrimônio cultural na região da Lagoinha não somente seus bens materiais, representado pelas edificações históricas, mas também seus bens imateriais. Destaca-se na Lagoinha como patrimônio imaterial: o congado, importante tradição cultural e religiosa do bairro herdada dos negros; as celebrações do Santuário Nossa Senhora da Conceição, Igreja do Bonfím e Santa Edwiges; a musicalidade expressa por meio das serestas, do samba e dos compositores da Lagoinha. Apesar da importância do patrimônio imaterial da Lagoinha verifica-se seu enfraquecimento juntamente com o envelhecimento das famílias tradicionais da região.

Assim, embora seja reconhecida a importância histórica e cultural do bairro, a falta de incentivos e benefícios financeiros para conservação do patrimônio material e imaterial da Lagoinha e a ausência de monitoramento por parte do poder público sobre o estado de conservação das edificações, contribuíram para a intensificação do processo de perda do valor cultural do bairro. Associado a isso, as inúmeras intervenções viárias conduzidas na Lagoinha ao longo de décadas demandaram desapropriações e demolições que interferiram negativamente no seu espaço urbano, resultando na conformação de vazios próximos aos viadutos implantados. Tal situação também exerceu influência no enfraquecimento de vínculos entre os moradores da Lagoinha e o bairro, além da perda da vitalidade da região, que era caracterizada pela agitação noturna nos tempos de boemia e considerada referência cultural em Belo Horizonte.

Longe da falta de reconhecimento da importância histórica e cultural desses locais ou dos critérios de preservação e conservação das edificações, considera-se necessário fortalecer a conectividade dos indivíduos com os seus valores históricos e culturais para evitar a destruição e degradação do patrimônio por estratégias de “congelamento” da paisagem. Leite (2014) coloca que preservar a paisagem significa manter a dimensão relacional entre os indivíduos e o lugar, o que muitas vezes gera a necessidade de sua requalificação para que se recuperem esses vínculos entre os indivíduos e o lugar.

Torna-se, portanto, emergente a necessidade de formulação de políticas públicas voltadas para a educação patrimonial da comunidade e de recuperação do valor cultural do bairro: “Em lugar de preservar lugares, edificações e objetos pelo seu valor em si mesmo, em um processo de reificação, as políticas públicas na área deveriam associar continuamente os bens culturais e a vida cotidiana, como criação de símbolos e circulação de significados” (IPHAN, 2014, p. 21). Nesse sentido, pode-se dizer que as experiências educativas e de valorização do patrimônio são mais efetivas quando inseridas em práticas cotidianas:

Ademais, considera-se importante o envolvimento da comunidade na formulação, implementação e execução de propostas de educação patrimonial e de recuperação do bairro Lagoinha e adjacências a partir de seus simbolismos e do estímulo à implantação de atividades culturais associadas às edificações históricas.

A instituição da Área de Diretrizes Especiais da Região da Lagoinha (ADE da Região da Lagoinha)

Sobre o patrimônio cultural brasileiro, a Constituição Federal de 1988 estabelece que "O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação" (BRASIL, Constituição Federal, 1988, art. 216).

Dessa forma, o poder público tem a responsabilidade na definição de parâmetros urbanísticos específicos, por meio de proposta de mapeamento e zoneamento previstos em legislação municipal, para áreas que necessitam de critérios de proteção do patrimônio cultural (ARROYO, 2009).

As Áreas de Diretrizes Especiais (ADEs) são instrumentos de política urbana previstos na Lei de Parcelamento Ocupação e Uso do Solo de Belo Horizonte de 1996 (Lei nº 7.166/96) que definem, por meio da proposta de sobrezoneamento, parâmetros urbanísticos iguais ou mais restritivos ao zoneamento municipal já estabelecido para áreas que necessitam de diretrizes urbanas diferenciadas, em função das suas singularidades socioculturais, histórica, paisagística, artística e/ou arqueológica.

A Lei de Parcelamento Ocupação e Uso do Solo de 1996 (Lei nº 7.166/96) designa como Áreas de Diretrizes Especiais (ADEs):

As áreas de diretrizes especiais - ADEs - são as que, por suas características, exigem a implementação de políticas específicas, permanentes ou não, podendo demandar parâmetros urbanísticos, fiscais e de funcionamento de atividades diferenciados, que se sobrepõem aos do zoneamento e sobre eles preponderam (BELO HORIZONTE, 1996, Art. 75. Acrescentada pela Lei nº 9.959/2010).

Assim, em Belo Horizonte são definidos parâmetros urbanísticos específicos para áreas do município que apresentam restrições de ocupação com o intuito de garantir a preservação da ambiência do local. Podemos citar como exemplos de áreas que são definidas como ADEs em Belo Horizonte: ADE Pampulha, ADE Avenida do Contorno, ADE Hospitalar, ADE Santa Tereza, ADE Região da Lagoinha, dentre outras.

Em relação ao bairro Lagoinha, a partir das diretrizes definidas pelo Plano Diretor de Belo Horizonte (Lei nº 7165/96), foram estabelecidos critérios específicos de desenvolvimento do bairro em função da sua estagnação cultural, social e econômica e da necessidade de preservação do patrimônio cultural do bairro:

§ 4º - Visando ao desenvolvimento socioeconômico, ambiental e cultural da região, a regulamentação da ADE da Lagoinha deverá, entre outros aspectos:

I - estimular o desenvolvimento de novas vocações econômicas na região, por meio de projetos de requalificação urbana;

II - estimular a permanência do uso residencial na ADE;

III - levantar os imóveis passíveis de inventário e tombamento." (NR) (BELO HORIZONTE, Lei nº 9.959/10, Art.75).

Impactos sobre o patrimônio cultural do bairro Lagoinha/Belo Horizonte - MG: as ações de proteção e a proposta de Operação Urbana Consorciada

Impacts on the cultural patrimony of Lagoinha district in city of Belo Horizonte – MG: protection actions and the proposal of a conjoint Urban Operation.

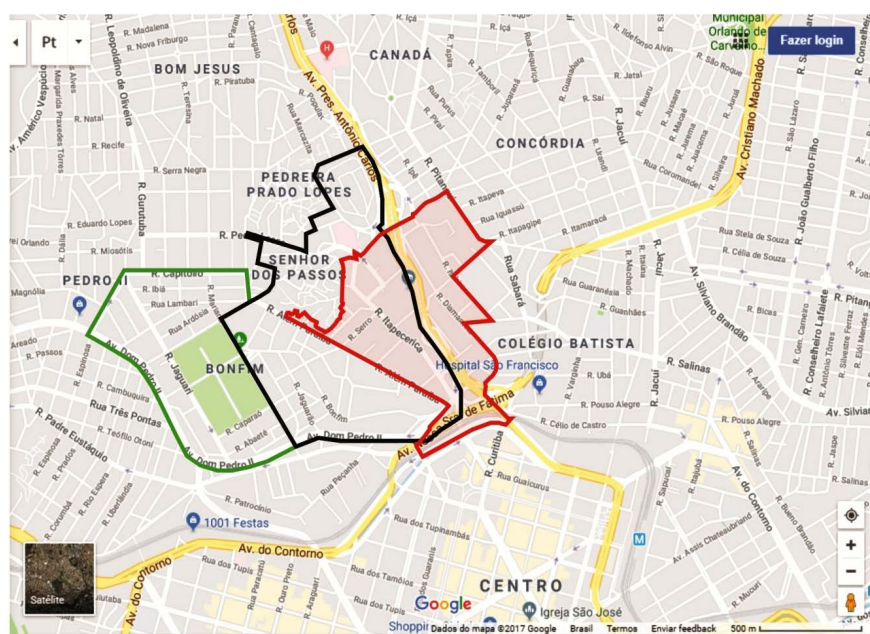
The

Entretanto, apesar da intenção de preservação da paisagem do bairro, diante dos interesses preponderantes do poder público em promover o aumento da capacidade viária da região em função da sua localização estratégica, a ADE não foi regulamentada e o bairro permaneceu estagnado sob os aspectos cultural, social e econômico. Nesse contexto, a falta de investimentos em melhorias no bairro tem influenciado negativamente na qualidade de seu espaço urbano.

Com a revisão do Plano Diretor de Belo Horizonte (Projeto de Lei nº1749/2015), existe o interesse de regulamentação da ADE da Região da Lagoinha. Nesse sentido, a partir dos trabalhos realizados na IV Conferência de Política Urbana⁶, foi encaminhada ao Conselho Deliberativo de Patrimônio Cultural a proposta de um novo perímetro de ADE (Figura 5) que passou a incorporar o bairro Bonfim (adjacente ao bairro Lagoinha). A incorporação do bairro Bonfim no perímetro da ADE ocorreu devido à sua relevância cultural e da necessidade de delimitação de uma mancha maior de proteção na região (AUDIÊNCIA PÚBLICA LAGOINHA/BONFIM, 2015. Informação verbal).

FIGURA 5- Proposta de revisão do limite da ADE da Região da Lagoinha com a incorporação do bairro Bonfim.

Fonte: Acervo pessoal Brenda Melo Bernardes - base Google Maps, 2017.



- Limite oficial do bairro Lagoinha
- Área mantida da ADE da Lagoinha: Limite definido de acordo com a Lei 9959/2010.
- Área incorporada na ADE da Lagoinha: inclusão do bairro Bonfim (IV Conferência de Política Urbana/2014).

Dentre as propostas apresentadas para o bairro Lagoinha na IV Conferência de Política Urbana destacam-se a previsão de atividades de economia criativa, condizente com a vocação cultural do bairro e a proposta de instituição do Fórum da Área de Diretrizes Especiais (FADE) da ADE da Lagoinha. O fórum será composto por representantes do poder público e da sociedade civil para monitoramento das ações vinculadas a ADE e fortalecimento da relação da população residente e frequentadora da Lagoinha com o local. Considera-se a instituição do FADE da ADE da Lagoinha uma ação fundamental para recuperação dos vínculos estabelecidos entre a população residente e o bairro Lagoinha, tendo em vista os impactos negativos na qualidade do espaço urbano do

⁶ Realizada em 2014, a IV Conferência de Política Urbana abarcou como conteúdos principais os Planos Diretores Regionais e sua articulação com o Plano de Mobilidade Urbana e a aplicabilidade dos instrumentos de política urbana incorporados no Estatuto da Cidade (BELO HORIZONTE, 2014).

bairro pelas obras públicas realizadas nas últimas décadas que culminou no rompimento de laços sociais.

Ainda, a regulamentação da ADE da Região da Lagoinha poderá contribuir para a instituição de mecanismos de proteção do patrimônio. Pode-se citar, dentre eles: a transferência de recursos por parte do poder público para restauro de edificações degradadas, a concessão de incentivos financeiros como isenção de IPTU para manutenção pelo proprietário das edificações de interesse cultural, a aplicação de instrumentos urbanísticos previstos no Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001) como a desapropriação mediante pagamento dos títulos da dívida pública. Esse último instrumento é relevante no combate à retenção especulativa de terras e permite ao poder público recuperar edificações que constituem patrimônio cultural do bairro por meio da penalização do proprietário que mantém o imóvel subutilizado.

Outro instrumento que também constitui um mecanismo eficaz na gestão do patrimônio cultural é a transferência do direito de construir, que possibilita ao proprietário utilizar em outro local o potencial construtivo do terreno onde se insere o bem cultural (ARROYO, 2009).

A partir dessa análise verifica-se, portanto, a necessidade iminente de instituição da ADE da Região da Lagoinha para promover o desenvolvimento do bairro e adjacências condizente com suas particularidades locais. A regulamentação da ADE poderá contribuir para a definição de diretrizes específicas de recuperação de áreas de interesse histórico e cultural de preservação, para limitações de altimetria e de adensamento com o intuito de preservar a paisagem urbana e de resguardar o bairro diante das fragilidades apresentadas pelas intervenções viárias realizadas.

As diretrizes da Operação Urbana Antônio Carlos Pedro I Leste-Oeste (2014) para a Lagoinha

Belo Horizonte/MG tem passado por inúmeras transformações nos últimos anos ancoradas no modelo de planejamento neoliberal que preconiza a atuação do “mercado livre” sob a justificativa de que o mercado por si só torna-se capaz de impulsionar o desenvolvimento econômico das cidades (SOUZA, 2011). Esse modelo de planejamento almeja intervenção mínima do Estado que atua como intermediador das negociações entre setores privados e sociedade civil.

Nesse contexto, é frequente a flexibilização das leis subordinadas aos interesses de mercado e a competitividade intermunicipal por investimentos externos (ROLNIK, 2012), por meio de estratégias desenvolvimento das cidades sob a perspectiva do turismo, espetáculo e entretenimento. Assim, prevalecem no direcionamento de políticas públicas os interesses de agentes mais fortes, com maior poder de influência política e/ou econômica na condução das intervenções urbanísticas nas cidades.

Um dos instrumentos que tem sido utilizado com frequência no planejamento urbano sob a ótica neoliberal é a Operação Urbana Consorciada. Esse instrumento foi previsto pelo Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001) e atrelado aos planos diretores municipais no intuito de propiciar o desenvolvimento de áreas carentes de infraestrutura urbana por meio de parcerias estabelecidas entre o poder público e os setores privados.

Impactos sobre o patrimônio cultural do bairro Lagoinha/Belo Horizonte - MG: as ações de proteção e a proposta de Operação Urbana Consorciada

Impacts on the cultural patrimony of Lagoinha district in city of Belo Horizonte – MG: protection actions and the proposal of a conjoint Urban Operation.

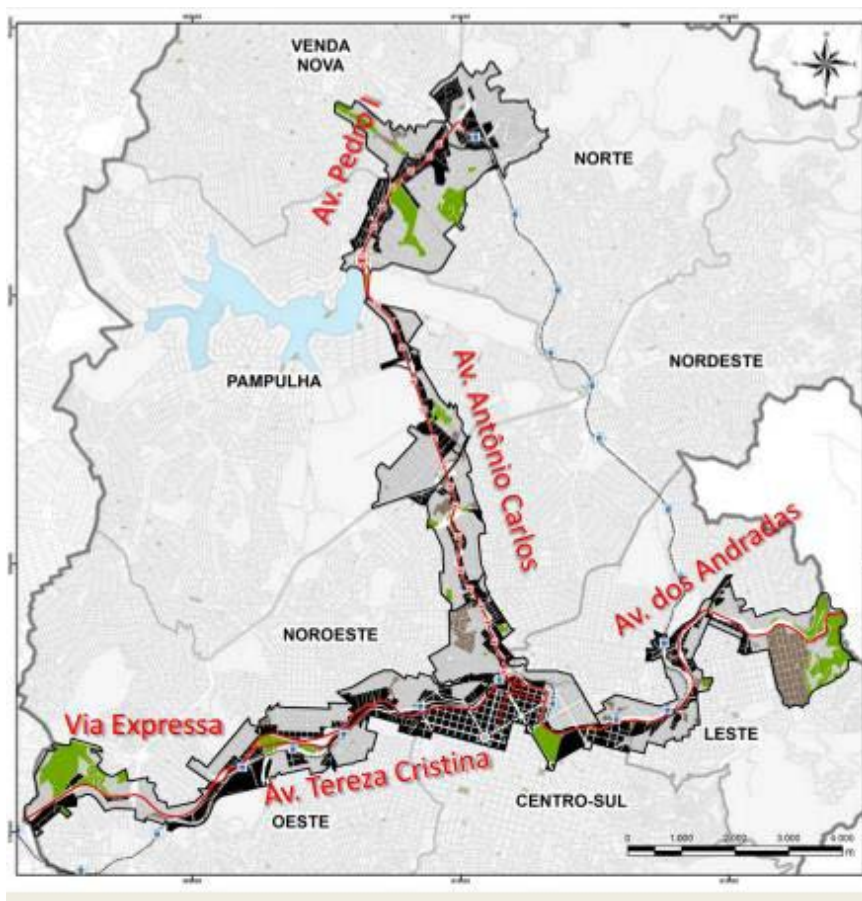
The

Em Belo Horizonte, a aplicabilidade do instrumento no planejamento urbano ocorreu por meio da sua incorporação ao Plano Diretor Municipal de 1996 (Lei nº 7.165/96). Posteriormente, com a revisão da legislação municipal em 2010 (Lei nº 9.959/10), foram incorporadas diretrizes para utilização do instrumento no planejamento. Podemos citar, dentre os critérios incorporados: a delimitação de áreas de interesse de atuação, o estabelecimento de restrições em relação ao aumento o potencial construtivo dentro do perímetro da operação e a definição da necessidade de desenvolvimento de um plano urbanístico atrelado a um Estudo de Impacto de Vizinhança e ao Estudo de Viabilidade Econômica Financeira, para minimizar os possíveis impactos com a utilização do instrumento.

Em 2014, surge em Belo Horizonte a proposta da Operação Urbana Consorciada Antônio Carlos Pedro I – Leste Oeste ⁷ (Figura 6). O plano prevê a possibilidade de renovação urbana e adensamento de áreas significativas de Belo Horizonte ao longo dos eixos viários que articulam a região Norte do município, representados pela Avenida Antônio Carlos e Pedro I, e as porções Leste e Oeste de Belo Horizonte por meio da Avenida Tereza Cristina, Via Expressa e Avenida dos Andradas (VALE, 2013).

FIGURA 6- Área contemplada na OUC ACLO

Fonte: Prefeitura de Belo Horizonte. Plano urbanístico e Estudo de Impacto de Vizinhança. COMPUR, 2015..



⁷ Inicialmente denominada de Nova BH, a proposta de operação urbana (Figura 06) que foi divulgada pelo poder público em 2013 foi cancelada diante de denúncia das irregularidades no processo participativo encaminhadas ao Ministério Público. A partir de 2014 foi apresentada uma nova proposta de operação que passou a ser denominada de Operação Urbana Consorciada Antônio Carlos/Pedro I – Leste-Oeste (OUC ACLO).

A partir do plano urbanístico da operação urbana, destaca-se como intervenções voltadas para a recuperação do valor histórico-cultural da região da Lagoinha a proposta de implantação do Centro Cultural e do Museu do Cotidiano na Casa da Loba, edificação já mencionada de grande relevância no bairro que se encontra em um progressivo estado de degradação. Outras intervenções contempladas pelo plano consistem na requalificação da praça e do Cemitério do Bonfim, situado no bairro adjacente à Lagoinha, e no interesse de criação de um corredor cultural na Lagoinha para manutenção das áreas que são de interesse histórico (BELO HORIZONTE, 2015a).

Também estão sendo previstos como projetos prioritários no Plano Urbanístico da operação urbana: melhorias das condições de acessibilidade no bairro, com a requalificação das principais vias de acesso à região; abertura de eixos de circulação para pedestres e implantação de uma travessia de pedestres denominada “Esplanada”, que tem por intuito melhorar as condições de conectividade do bairro com a área central. Além disso, são previstos com o projeto a implantação do Parque Lagoinha em uma área de chácara situada próxima a Casa da Loba e de equipamentos comunitários, conforme demandas que poderão surgir com o adensamento dos principais eixos viários definidos pela operação (BELO HORIZONTE, 2015a).

Contudo, é importante enfatizar que apesar do interesse de recuperação do patrimônio cultural do bairro com a proposta de implantação de um corredor cultural na Lagoinha, dependendo da forma como for conduzida a operação, poderá resultar em um processo de gentrificação da área diante da tendência de valorização imobiliária da região e de implantação de novos usos com a operação urbana. Assim, pode-se dizer que existe uma divergência de interesses para a região da Lagoinha representada de um lado pela proposta de renovação urbana e adensamento com a operação urbana e, do outro, pelo interesse de preservação da paisagem urbana do bairro Lagoinha tendo em vista seu valor para o patrimônio histórico-cultural de Belo Horizonte.

O tombamento dos bairros Lagoinha, Bonfim e Carlos Prates

No processo de formação de Belo Horizonte, diante da tendência de ocupação no sentido periferia-centro, contrária ao planejamento urbano estabelecido por Aarão Reis, bairros como a Lagoinha, Bonfim e Carlos Prates receberam grande contingente populacional quando comparado ao lento povoamento da zona urbana. Esse estímulo à ocupação da zona suburbana (hoje denominada de região Pericentral de Belo Horizonte) em detrimento da área central de Belo Horizonte ocorreu, dentre outros motivos, em função do veto à compra de lotes por funcionários públicos de baixo escalão, imigrantes e pequenos comerciantes dentro dos limites estabelecidos pela Avenida do Contorno (BERNARDES; BORSAGLI, 2014). Essa condição, associada à facilidade de acesso à área central pela implantação da linha de bondes, impulsionou o adensamento dos bairros suburbanos (AGUIAR, 2006).

No bairro Lagoinha, a ocupação urbana ocorreu devido ao processo de expansão do bairro Carlos Prates e à aproximação com a Linha Férrea. Não obstante, a década de 1940 foi marcada pela implantação no bairro São Cristóvão do conjunto habitacional do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários (IAPI), com o objetivo de ordenar o bairro Lagoinha e minimizar a escassez de moradia (FREIRE, 2009).

Nesse contexto, os bairros Lagoinha, Bonfim e Carlos Prates, que tiveram origem no processo de formação de Belo Horizonte, concentram acervo arquitetônico expressivo da história da capital. Além do valor histórico das edificações concentrado nessas regiões, especificamente no bairro Bonfim, situa-se o Cemitério do Bonfim, que reúne um rico acervo de arte sacra. Segundo o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA), a Sede do Necrotério situada no centro do cemitério é tombada pelo Estado pelo Decreto Estadual nº. 18.531, de 02-06-1977 e o acervo do cemitério tem passado pelo processo de inventário, tendo em vista sua importância para a história do município (IEPHA, 2015).

Apesar da importância histórico-cultural desses bairros suburbanos para o patrimônio de Belo Horizonte, tem sido incipiente nas últimas décadas as intervenções do poder público voltado para a preservação, manutenção e restauro dos bens patrimoniais situados nessas regiões. Contudo, diante dos estudos conduzidos sobre o patrimônio de Belo Horizonte pela equipe técnica da prefeitura e pelo conselho de patrimônio cultural, com a elaboração do plano urbanístico da operação urbana e a revisão do Plano Diretor de Belo Horizonte, foi aprovado em 2016, pelo Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Belo Horizonte, o tombamento patrimonial dos bairros Lagoinha, Bonfim e Carlos Prates (BELO HORIZONTE, 2016, online). Essa iniciativa constituiu um avanço para a proteção da memória de Belo Horizonte.

Todavia, é importante enfatizar que o processo de tombamento por si só não resguarda a preservação dos bens patrimoniais. Torna-se necessário a participação ativa da população residente e frequentadora desses bairros na política de preservação. Considera-se, dessa forma, que a preservação do patrimônio cultural deve ser feito “mediante um conjunto de ações que garantam a sua permanência com os seus diversos valores e significados artísticos, paisagísticos, científicos, históricos e / ou simbólicos na vida de uma comunidade de um determinado lugar. (GOMES, 2011, p.1).

Considerações finais

A partir da análise do histórico do bairro Lagoinha, verifica-se que ele tem sido alvo de intervenções nas últimas décadas voltadas para o aumento de sua capacidade viária que contribuíram para sua degradação física, para a perda de referências simbólicas na região, para enfraquecimento dos laços sociais e do patrimônio imaterial e para o rompimento dos vínculos afetivos da população residente com o local. Contudo, apesar das transformações urbanas presenciadas no bairro, pode-se dizer que ele ainda permanece vivo na memória de moradores antigos e resiste por meio de práticas cotidianas e no interesse da população residente em perpetuarem sua importância para o patrimônio material e imaterial de Belo Horizonte.

Ressalta-se que, apesar do bairro ser reconhecido historicamente como uma extensão da zona boemia na área central, apresenta singularidades que o difere de outros bairros de Belo Horizonte. Dentre as características que o tornam especial podemos mencionar a riqueza histórico-cultural ainda presente nas festas tradicionais, na musicalidade expressa, sobretudo, pela seresta e pelo samba, nas celebrações religiosas, nos costumes interioranos, no cultivo de quintais, na memória afetiva construída coletivamente pela comunidade, nos lugares emblemáticos e nas edificações históricas que perduram mesmo com a falta de incentivos por parte do poder público voltado para a conservação e restauro das mesmas.

Contudo, torna-se emergente a necessidade de promover melhorias no bairro voltadas para a qualidade do seu espaço urbano para a população residente e recuperação de seu patrimônio material e imaterial. Nesse contexto, as propostas da Operação Urbana Consorciada Antônio Carlos/Pedro I – Leste-Oeste (2014) preconizadas para a Lagoinha e o tombamento patrimonial do bairro pelo Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Belo Horizonte (2016) revelam o interesse no resgate da importância do bairro como referência histórico-cultural em Belo Horizonte.

O tombamento do bairro associado às propostas de requalificação urbana da região por meio da operação urbana e ao interesse de implantação do Corredor Cultural da Lagoinha poderá promover o seu desenvolvimento econômico, cultural e ambiental, tendo em vista a estagnação do bairro nesses aspectos nas últimas décadas. Nesse sentido, o desenvolvimento mais equilibrado do bairro poderá ser alcançado com o estímulo à implantação de novas atividades econômicas compatíveis com as atividades tradicionais já existentes na área, com a recuperação do acervo material e imaterial na Lagoinha e concessão de incentivos para sua manutenção. Além disso, considera-se necessário para a sua preservação promoção de educação patrimonial entre a população residente e frequentadores da região, a requalificação de seus espaços urbanos e melhoria das condições de acesso ao bairro pelos pedestres.

Ainda, para que tais ações possam ser concretizadas e monitoradas por parte da população residente é fundamental a regulamentação da ADE da Região da Lagoinha e a instituição do Fórum da Área de Diretrizes Especiais (FADE) da Região da Lagoinha. É primordial que as propostas de intervenções no bairro sejam construídas conjuntamente com a população residente com o objetivo de fortalecer os vínculos afetivos dos moradores com a Lagoinha e de promover seu desenvolvimento condizente com a realidade local.

Nesse sentido, caso a proposta da Operação Urbana Consorciada Antônio Carlos/Pedro I – Leste-Oeste (2014) seja conduzida por uma lógica de planejamento empresarial, desvinculada dos aspectos locais do bairro, da cultura, da paisagem, do cotidiano e dos interesses da população residente, poderá ter reflexos negativos nos laços sociais e afetivos que ainda permanecem no bairro e nas práticas socioculturais vivenciadas no contexto micro do bairro. Ainda, mesmo que haja o interesse na preservação da importância histórica do bairro com o seu tombamento patrimonial, caso não haja incentivos por parte do poder público para conservação e restauração das edificações de valor cultural poderá resultar em uma estratégia de congelamento do bairro e na intensificação de seu processo de degradação.

Não obstante, a predominância nos espaços públicos do bairro Lagoinha de uma população flutuante composta por moradores de rua e dependentes químicos refletem a falta de políticas públicas para a recuperação do bairro sob a perspectiva social. Além

disso, o interesse turístico da região por meio da operação urbana poderá resultar na elitização da área e no incentivo de outras práticas culturais diversas àquelas que são tradicionais na região. O lugar, nessa perspectiva, transforma-se em produto de tal modo que para o turismo não tem importância a constituição de memórias afetivas ou as relações sociais particulares da região, mas as relações de consumo (BESSA, 2011).

Referências

AGUIAR, Títo Flávio Rodrigues de. **Vastos subúrbios da nova capital**: formação do espaço urbano na primeira periferia de Belo Horizonte. 2006. 443f. Tese (Doutorado em História Social da Cultura) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Unidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006. Disponível em: <<http://www.biblioteca-digital.ufmg.br/dspace/handle/1843/VCSA-6X4NU4>>. Acesso em: 26 ago. 2015.

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. 236 p.

ARROYO, Michele Abreu. Para além do tombamento: possibilidades de instrumentos de proteção do patrimônio cultural nas políticas públicas municipais. In: MIRANDA, Marcos Paulo; ARAÚJO, Guilherme Maciel; ASKAR, Jorge (Org.). **Mestres e conselheiros**: manual de atuação dos agentes do patrimônio cultural. Belo Horizonte: IEDS, 2009. p. 68-75.

BERNARDES, Brenda Melo; BORSAGLI, Alessandro. A **metamorfose de uma paisagem**: a construção, o apogeu e o processo de descaracterização do bairro Lagoinha. Revista eletrônica do Arquivo Público da cidade de Belo Horizonte, v. 1, p., 2014.

BERNARDES, Brenda Melo. **Memória, cotidiano e as propostas institucionalizadas direcionadas ao Bairro Lagoinha em Belo Horizonte/MG**: múltiplas visões de um mesmo lugar. 2016. 165f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

BELO HORIZONTE, Prefeitura Municipal. **Lagoinha, Carlos Prates e Bonfim são tombados pelo Patrimônio Municipal**. Belo Horizonte: Portal PBH, 15 dez. 2016. Disponível em: <http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/noticia.do?evento=portlet&pAc=not&idConteudo=251100&pIdPlc=&app=salanoticias>. Acesso em: 22 set. 2017.

BELO HORIZONTE, Prefeitura Municipal. Lei nº 9.959 de 20 de julho de 2010. Altera as leis nº 7.165/96 - que institui o Plano Diretor do Município de Belo Horizonte - e nº 7.166/96 - que estabelece normas e condições para parcelamento, ocupação e uso do solo urbano no Município -, estabelece normas e condições para a urbanização e a regularização fundiária das Zonas de Especial Interesse Social, dispõe sobre parcelamento, ocupação e uso do solo nas Áreas de Especial Interesse Social, e dá outras providências. Belo Horizonte, **Câmara Municipal**, 2010, 120 p. Disponível em: <<http://www.cmbh.mg.gov.br/leis/legislacao>>. Acesso em: 22 set. 2017.

BELO HORIZONTE, Prefeitura Municipal. **Operação urbana consorciada Antônio Carlos/Pedro I – Leste-Oeste**: Plano Urbanístico e Estudo de Impacto de Vizinhança, 2015a. Belo Horizonte: PBH, 25 Out. 2015. Disponível em: <www.pbh.gov.br/ouc> Acesso em: 22 set. 2017.

Impactos sobre o patrimônio cultural do bairro Lagoinha/Belo Horizonte - MG: as ações de proteção e a proposta de Operação Urbana Consorciada

Impacts on the cultural patrimony of Lagoinha district in city of Belo Horizonte – MG: protection actions and the proposal of a conjoint Urban Operation.

The

BELO HORIZONTE, Prefeitura Municipal. **Regimento da IV Conferência Municipal de Política urbana**. Ano XX, 4487 ed., 29 jan. 2014.

BESSA, Altamiro Sérgio. **A construção das paisagens turísticas nos descaminhos da Estrada Real**. 2011. 280 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16135/tde-11072011-140556/pt-br.php>>. Acesso em: 22 set. 2017.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembrança de velhos**. 1. ed. São Paulo: T.A. Queiroz Editor, 1983. 402 p.(Estudos brasileiros, 1).

GOMES, Tatiana Silva. A importância da preservação do patrimônio cultural: os museus e as escolas. **Revista Brasileira de Arqueometria, Restauração e Conservação** - ARC - Vol. 3 - Edição Especial, 2011.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Vértice/Revista dos Tribunais, 1990, 133 p. Título original: La mémoire collective.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL [IPHAN]. **Educação patrimonial: Histórico, conceitos e processos**. Brasília: IPHAN, 2014.

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS [IEPHA]. **Cemitério do Bonfim, um museu a céu aberto**. Belo Horizonte: IEPHA, 2008. Disponível em: <http://www.iepha.mg.gov.br/banco-de-noticias/566-cemiterio-do-bonfim-um-museu-a-ceu-aberto>. Acesso em: 22 set. 2017.

LEITE, Maria Ângela Faggin. **Criar paisagens: expressão artística ou instrumento civilizatório**. São Paulo: Mimeogr, 2014.

PELEGRINI, Sandra. **Cultura e natureza: os desafios das práticas preservacionistas na esfera do patrimônio cultural e ambiental**. Revista Brasileira de História, São Paulo, v.26, n.51, p.115-140, 2006.

ROLNIK, Raquel. **Dez anos do Estatuto da Cidade: das lutas pela reforma urbana às cidades da copa do mundo**. In: RIBEIRO, Ana Clara; VAZ, Lilian; SILVA, Maria Lais (Org.). *Leituras da Cidade*. Rio de Janeiro: ANPUR; Letra Capital, 2012, p. 87-104.

SILVEIRA, Brenda. **Lagoinha a cidade encantada**. Belo Horizonte: Edição da autora, 2005. 160p.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos**. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011. 560 p.

VALE, João Henrique do. MP recomenda que Compur não vote ou aprove Projeto Nova BH. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 28 nov. 2013. Disponível em: < http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2013/11/28/interna_gerais,474458/mp-recomenda-que-compur-nao-vote-ou-aprove-projeto-nova-bh.shtml>. Acesso em: 22 set. 2017.

Documentos sonoros

AUDIÊNCIA PÚBLICA LAGOINHA/BONFIM, 1, 2015. Centro Cultural da Lagoinha. Mercado da Lagoinha (Belo Horizonte). 1 arquivo .mp3 (02h25min55seg).

FERRARI, Juraci. Entrevista II. [out. 2015]. Entrevistadora: Brenda Melo Bernardes. Belo Horizonte, 2015. 1 arquivo .mp3 (01h09min07seg).

Impactos sobre o patrimônio cultural do bairro Lagoinha/Belo Horizonte - MG:
as ações de proteção e a proposta de Operação Urbana Consorciada

*Impacts on the cultural patrimony of Lagoinha district in city of Belo Horizonte - MG:
protection actions and the proposal of a conjoint Urban Operation.*

The

DATA DE SUBMISSÃO DO ARTIGO: 25/09/2017 APROVAÇÃO: 16/12/2017

RESPONSABILIDADE INDIVIDUAL E DIREITOS AUTORAIS

A responsabilidade da correção normativa e gramatical do texto é de inteira responsabilidade do autor. As opiniões pessoais emitidas pelos autores dos artigos são de sua exclusiva responsabilidade, tendo cabido aos pareceristas julgar o mérito e a qualidade das temáticas abordadas. Todos os artigos possuem imagens cujos direitos de publicidade e veiculação estão sob responsabilidade de gerência do autor, salvaguardado o direito de veiculação de imagens públicas com mais de 70 anos de divulgação, isentas de reivindicação de direitos de acordo com art. 44 da Lei do Direito Autoral/1998: "O prazo de proteção aos direitos patrimoniais sobre obras audiovisuais e fotográficas será de setenta anos, a contar de 1º de janeiro do ano subsequente ao de sua divulgação".

O CADERNOS PROARQ (issn 1679-7604) é um periódico científico sem fins lucrativos que tem o objetivo de contribuir com a construção do conhecimento nas áreas de Arquitetura e Urbanismo e afins, constituindo-se uma fonte de pesquisa acadêmica. Por não serem vendidos e permanecerem disponíveis de forma *online* a todos os pesquisadores interessados, os artigos devem ser sempre referenciados adequadamente, de modo a não infringir com a Lei de Direitos Autorais.